

## AJUSTE FISCAL

# Receita Federal sai do Ministério da Fazenda

*Com o Programa de Estabilidade Fiscal, o órgão passa a ter autonomia, como a CVM e o BC*

LU AIKO OTTA

**B**RASÍLIA – A Secretaria da Receita Federal ganhará status, no novo desenho da administração pública federal desenhada pelo Programa de Estabilidade Fiscal. Ela deixará de ser uma divisão do Ministério da Fazenda, para transformar-se numa autarquia a ele vinculada – tal como Banco Central (BC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por exemplo. Dessa forma, ela passará a ter autonomia para administrar seus

recursos. “Essa mudança é fundamental para que possamos cobrar, da Receita, metas de aumento da arrecadação, firmadas por meio de contrato de gestão”, explicou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

Segundo Parente, a medida deverá melhorar a relação entre o Fisco e o contribuinte. Ele negou que a elevação de status da Receita represente aumento de gastos para o governo. “A idéia é economizar”, disse. Parente explicou que, hoje, a Receita representa cerca de 55% da estrutura do Ministério da Fazenda. “É uma parte que acabou ficando maior do que o todo.” Com a separação, acredita ele, haverá mais eficiência na administração de recursos.

Os fiscais da Receita obtiveram uma vitória: a implantação de um plano de carreira, que era um dos itens reivindicados na greve de agosto passado. Segundo Parente, há dois grandes problemas na carreira dos fiscais. Uma é a pouca diferença entre o salário pago no início e no final da carreira, que é de apenas 10,4%. “Em 30 anos de trabalho, a perspectiva do funcionário é aumentar seu salário em cerca de R\$ 500,00”, disse ele. Além disso, o fiscal recebe uma parcela adicional de salário que deveria ser variável e atrelada ao desempenho. No entanto, hoje, esse adicional é fixo.

Aparentemente, a autonomia na gestão dos recursos e o plano de car-



reira atende a pleitos dos funcionários da Receita e principalmente do secretário, Everardo Maciel. Ela surge quando são fortes os rumores de que Everardo teria entregue sua carta de demissão ao ministro Malan, que lhe teria pedido para permanecer no cargo por mais alguns dias.

Oficialmente, o Ministério da Fazenda nega a saída do secretário. Parente afirmou “desconhecer” os boatos de que Everardo estaria demissionário. Ele negou, também, que o secretário da Receita estivesse alijado das discussões na elaboração do programa.

Porém, a ausência de Everardo foi notada, ontem, na entrevista em que as medidas do Programa foram

detalhadas. O secretário tampouco participou do almoço oferecido pelo ministro Malan a um grupo de jornalistas, com o objetivo de explicar as medidas. Há um processo de esvaziamento nos mais altos escalões da Receita, com a exoneração, duas semanas atrás, da secretária-adjunta, Lytha Spindola, que fará um curso no Fundo Monetário Internacional (FMI). Ela era o braço direito de Everardo. Os outros dois adjuntos da Receita, Paulo Baltazar e Sandro Martins Silva, também não escondem que estão de saída.

Ao longo deste ano, Everardo enfrentou uma série de situações difíceis à frente da Receita. O pacote 51, editado em novembro passado, retirou cerca de R\$ 400 milhões do orçamento do órgão. A Receita che-

gou a atrasar os pagamentos ao Serviço de Processamento de Dados (Serpro), que administra todas as informações sobre recolhimento de impostos. Os recursos também fizeram falta para pagar as gratificações dos fiscais – o que acabou precipitando a greve de agosto passado. A greve foi encerrada com a promessa de pagamento de reajuste salarial em 99.

“É sabido que a Secretaria da Receita Federal tem enfrentado problemas administrativos”, admitiu Parente. Ele explicou que, como os demais órgãos da administração federal, a Receita também foi atingida pelos cortes nos gastos. E, por tratar-se de um órgão da área econômica do governo, ela deveria “dar o exemplo”.